

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O trabalho no Século XXI.
Mudanças, impactos e perspectivas.

GT 18 - Psicología Social Del Trabajo En América Latina: Identidades y procesos de
subjetivación, salud de los trabajadores, prácticas y producción de sentidos en lo cotidiano.

O que você vai ser quando crescer? Andorinha? Representações sociais de jovens
trabalhadores sobre vida e trabalho

Rosemeire Aparecida Scopinho¹

¹Professora associada do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, (DPsi/UFSCar), São Paulo, Brasil. Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Trabalho, Sociedade e Comunidade (DPsi/NUESTRA). scopinho@ufscar.br

O que você vai ser quando crescer? Andorinha? Representações sociais de jovens
trabalhadores sobre vida e trabalho

A concepção de trabalho familiar presente nos projetos de assentamentos rurais e as reais possibilidades de inserção profissional dos jovens nesses espaços é um problema não resolvido pelas políticas públicas. Estudamos assentamentos situados em periferias de região metropolitana e agroindustrial, combinando observações diretas, entrevistas individuais e coletivas, análise documental e bibliográfica. Expressando o que está no imaginário social sobre o campo, as representações sociais dos jovens ancoravam-se nas preconceituosas ideias sobre a relação campo-cidade e na concreta constatação cotidiana da falta de infraestrutura no campo para inserir profissionalmente os que necessitam de educação de qualidade, trabalho para ajudar no sustento da família de origem e planejar o futuro da própria, lazer e uma rede de sociabilidade que permita reproduzir a vida, na cidade ou no campo.

O artigo deriva de uma pesquisa que procurou identificar e analisar as tensões existentes entre as concepções de trabalho familiar presentes nos projetos de assentamentos de reforma agrária que estão sendo implantados na região de Ribeirão Preto-SP e as reais possibilidades de inserção profissional dos jovens trabalhadores assentados, por meio da análise das suas representações sociais sobre trabalho e vida. Para compreender tais representações, analisamos especificamente as políticas públicas de inserção no trabalho voltadas para a juventude, as propostas dos movimentos sociais para a inserção dos jovens nos assentamentos rurais, particularmente no trabalho familiar, e identificamos as características socioculturais e econômicas dos trabalhadores jovens entrevistados.

Para atingir esses objetivos, estudamos dois assentamentos situados nas periferias de importante região metropolitana e agroindustrial do interior paulista, combinando diferentes procedimentos de busca de informação (observações diretas, entrevistas individuais e coletivas, análise documental e bibliográfica) e triangulando-as no processo analítico. Os assentamentos investigados situam-se em áreas fronteiriças entre a cidade e o campo, espaços onde se visualiza de modo ímpar o complexo e polêmico fenômeno da *ruralidade*, posto que as atividades econômicas combinam a agropecuária, o comércio e a prestação de serviços em territórios de baixa densidade populacional onde se estabelecem e se mantêm, de modo particular, relações sociais com os centros urbanos que trazem dimensões materiais e simbólicas locais bastante peculiares em relação à sociedade mais ampla. Recentemente criados pelo Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e tendo a base social organizada pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, esses assentamentos têm procurado resgatar a ideia de comunidade autosustentável ao incorporar no processo organizativo a preocupação com o meio ambiente, o incentivo ao trabalho familiar e à organização de associações, cooperativas e outros dispositivos comunitários de planejamento e controle da produção que tentam recuperar as tradicionais formas de solidariedade presentes nas relações de parentesco e vizinhança.

No entanto, as distâncias que separam os assentamentos idealizados (tanto pelos governos quanto pelos movimentos sociais) e os legalizados, mas ainda não realizados e emancipados, são, às vezes, imensuráveis, apesar da boa vontade e dos esforços dos que estão envolvidos no processo organizativo deles. *Assentamentos periferizados*, eles

significavam moradia e subsistência para uma população que vivia do trabalho incerto e precário nas cidades, mas estavam longe de significar a melhoria real das condições de vida dos trabalhadores. Entre os principais problemas enfrentados para desenvolver a economia, estavam: a ausência de infraestrutura mínima para a produção (especialmente água, energia, estradas); o excesso de burocracia, a morosidade no processo de liberação e a insuficiência dos créditos para produzir e de outros recursos importantes para viabilizar a vida comunitária; a insuficiência e a inadequação dos programas de assistência técnica e extensão rural; a ausência de canais adequados de comercialização. No que se refere à organização social e comunitária, havia carência de escolas, de assistência à saúde, de assistência social e de lazer, principalmente. Neste cenário de precariedades econômicas e vulnerabilidades sociais, emerge como questão central para pensar o futuro dos assentamentos rurais - entendidos como espaço de relações sociais onde, teoricamente, se pode desenvolver uma economia fundamentada no trabalho familiar, na cooperação e na agroecologia - o problema de como inserir e manter os jovens nessas comunidades.

A pequena agricultura de base familiar é prática secular no Brasil, onde os jovens sempre tiveram participação importante. Recentemente, ela tem sido revalorizada pelas políticas públicas como estratégia econômica que pode contribuir com o desenvolvimento econômico e social do país, quer seja integrando-se ao capital agroindustrial quer seja como estratégia de sobrevivência e de segurança alimentar para os desempregados do campo e da cidade. Porém, o exame das políticas públicas voltadas para a inserção da juventude no mundo do trabalho rural mostra que as propostas governamentais não garantem profissionalização e inserção autônoma. Refletindo discursos institucionais típicos, elas tendiam a homogeneizar e idealizar a condição juvenil e tratar com superficialidade e distanciamento as suas necessidades. Priorizavam o jovem urbano e a educação profissionalizante, mas pouco se preocupavam com a oferta de meios materiais para a inserção deles no sistema produtivo, embora os conceba como agentes de desenvolvimento econômico e social. O perfil do jovem que inspirava a elaboração dos programas governamentais e os discursos dos movimentos sociais era abstrato, muito diferente do perfil do jovem concreto que encontramos nos assentamentos estudados. No que se refere ao MST, embora os jovens constituíssem parte significativa da sua base social, o Movimento,

tardamente, aderiu à discussão sobre as suas problemáticas, ainda carecia de formulações claras e propositivas sobre a questão.

Para os jovens entrevistados, trabalho e vida no campo era algo novo, uma vez que eles eram oriundos de periferias das cidades. Filhos de migrantes, cada qual tinha uma história cuja moral era sempre a mesma: privações, dificuldades financeiras que levaram a família a ocupar terra como estratégia de sobrevivência. No entanto, as representações sociais dos entrevistados sobre trabalho e vida no campo desconsideravam o assentamento como lugar para trabalhar, estudar e se divertir e o valorizavam como lugar tranquilo para a família morar e para que eles próprios pudessem descansar ao passar os finais de semana e as férias – *assentamento-dormitório*. Mesmo vivendo nas fronteiras da ruralidade, onde o rural e o urbano mantêm intensas trocas econômicas e simbólicas, estava expresso nas falas dos entrevistados a dicotômica relação rural-urbano que está no imaginário social sobre o campo. As representações ancoravam-se, de um lado, nos preconceitos que o urbano tem sobre o rural como lugar do atraso econômico e da ignorância cultural e, assim sendo, ao campo resta ser apenas lugar para passeio e descanso e, de outro lado, na ideia de que a cidade é o lugar da modernidade e da tecnologia e, portanto, onde se encontram as melhores oportunidades econômicas e culturais.

Porém, essas representações não se ancoravam apenas nas preconceituosas ideias sobre a relação campo-cidade, mas também na concreta constatação cotidiana da falta de infraestrutura no campo para acolher e inserir profissionalmente os jovens que necessitam de educação de qualidade que os prepare para viver no campo, que necessitam de trabalho para ajudar no sustento da família de origem e planejar o futuro da própria e de condições para o lazer que os insiram em uma rede de sociabilidade que os permita reproduzir a vida.

A construção social desses sujeitos era um processo marcado pela luta cotidiana e individual por melhores condições de existência. Diante da falta de infraestrutura para produzir no campo e também por opção dos seus membros já acostumados com a vida urbana, as famílias desenvolviam várias estratégias para manter-se no lote porque o que, de fato, ele significava para elas era a segurança de ter moradia fixa.

O trabalho era, então, ajuda e estava subordinado às estratégias de sobrevivência da família, independentemente do espaço social onde era realizado: no campo ficavam os

menores de 16 anos que ainda estudavam e prestavam cuidados rotineiros com as plantas, os animais e a casa, enquanto não conseguiam emprego na cidade; os que tinham idade para trabalhar buscavam emprego urbano (construção civil, comércio e prestação de serviços diversos) e contribuíam com parte do salário para a manutenção do lote. O abandono precoce da escola e a falta de condições para continuar os estudos, praticamente, selavam um futuro de muito trabalho, mas sem profissão. Trabalhar na cidade e morar no campo era o que a maioria projetava para si. Oriundos das cidades, eles não encontravam dificuldades de adaptação na escola, no trabalho ou no lazer, embora sentissem a discriminação pelo fato de pertencerem ao MST, de morarem em assentamentos rurais. Morar na cidade é que era problema para eles, que já conheciam o desamparo e a violência que predominam nas periferias urbanas. Não era a distância geográfica que separava os jovens da cidade, mas era a condição financeira que não permitia que eles usufríssem dos recursos nelas existentes, especialmente quando se tratava de estudar e de se divertir.

Por esses motivos, o trabalho rural para eles era tido como ajuda aos familiares, uma estratégia provisória de subsistência econômica e de sociabilidade, mantida até que aparecesse uma oportunidade urbana. As aspirações profissionais identificadas indicavam que a escola era vista como um caminho para superar esta condição provisória, mas é importante considerar que nem todos estavam tendo a oportunidade de estudar e que a escola era vista como lugar do lazer. Esta representação sobre a escola pode estar fundamentada não apenas na falta de oportunidades de lazer no assentamento, mas, na negação que, historicamente, a escola tem feito do rural como lugar de trabalho e vida, o que a torna sem sentido para os que a veem como forma de preparação para o trabalho e a vida no campo.

A resposta possível para a questão posta no título deste artigo aqui se faz com outra questão: seremos andorinhas? Nos assentamentos estudados chama-se “*andorinha*” aquele que vai e vem no percurso assentamento–cidade–assentamento, principalmente, em busca de trabalho e moradia. Moram e trabalham aqui e acolá, onde houver um jeito melhor para sobreviver. Na realidade estudada, não encontramos o dilema “entre o ficar e sair” como mostrou Castro (2005) ao estudar jovens assentados no Estado do Rio de Janeiro. Ao contrário, como também constatou Wanderley (2006) ao estudar a realidade e os projetos de futuro de jovens em três pequenos municípios de Pernambuco, os jovens que conhecemos

mantinham relações possíveis no rural e no urbano e desejavam, embora nem sempre conseguissem, vivenciar “(...) o melhor dos dois mundos” (p. 105). A ressalva é que, no contexto dos jovens abordados nesta pesquisa, “o melhor dos dois mundos” referia-se ao trabalho precário e incerto na cidade e ao desenvolvimento de uma agricultura de subsistência no campo. O modo de vida e as principais aspirações dos jovens que estudamos por educação, trabalho e lazer os igualavam a muitos outros jovens urbanos. Na medida do possível, eles usavam roupas da moda, conviviam em grupos, tinham preferências musicais e esportivas, acompanhavam o que acontecia no mundo pela televisão, comunicavam-se uns com os outros pelos seus aparelhos de telefone celular e pelas redes sociais na *internet*. Denunciavam o patriarcalismo e se queixavam de que as ações relacionadas ao processo organizativo dos assentamentos eram planejadas e coordenadas pelos adultos. Eles participavam passivamente, sem ter real poder de decisão; as atividades propostas pelos adultos não tinham continuidade, o que não estimulava a participação. Parte dos jovens dos dois assentamentos envolvia-se, abstratamente, no Movimento movida pela utopia e pelos modismos que hoje afetam a discussão sobre a luta pela terra, meio ambiente, associativismo, entre outros temas, mas não se envolviam, concretamente, no processo organizativo dos seus próprios assentamentos.

Se o emprego urbano é uma estratégia de migração para as cidades os investimentos em infraestrutura no campo lograriam conter a saída dos jovens? Uma vez que para os jovens entrevistados o trabalho no campo era provisório e não passava de um auxílio que prestavam às suas famílias, somente será possível pensar nas reais possibilidades de inserção profissional deles quando houver, de fato, projetos produtivos também reais em desenvolvimento nos seus respectivos assentamentos.

Referências Bibliográficas

- CASTRO, E.G. *Entre o fica e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. 444p. Tese (Antropologia Social). Museu Nacional.
- WANDERLEY, M.de N.B. *et al* (Coord.). *Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro*. Recife (PE), Universidade Federal de Pernambuco, 2006. 121p. (Relatório de Pesquisa CNPq).